



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 283885-3
COMARCA DE TIMBAÚBA- 2ª VARA
APELANTE: ANTÔNIO HECULANO CAVALCANTI DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. MATÉRIA PREJUDICIAL: CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. AUTORIA NÃO COMPROVADA. PRINCÍPIO DO CONTRADIÓRIO. ABSOLVIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 3. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº 283885-3 da 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, em que figuram, como apelante **ANTÔNIO HECULANO CAVALCANTI DA SILVA**, como apelado, **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, dar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 12 de 03 de 2013

Leopoldo de Arruda Raposo
Des. Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 283885-3
COMARCA DE TIMBAÚBA- 2ª VARA
APELANTE: ANTÔNIO HECULANO CAVALCANTI DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto em face da sentença penal, fls. 135/143, que condenou Antônio Herculano Cavalcanti da Silva a uma pena de **02 (dois) anos de reclusão, e 40 dias-multa, em regime aberto, pena que foi substituída por uma restritiva de direito concernente na prestação de serviços à comunidade nos termos do art. 46 do CP**, pela prática do delito previsto no art. 12 da Lei 10.826/03 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido)

Consta dos autos que a autoridade policial, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva decretada, abordou o recorrente no posto de gasolina onde o mesmo exercia as funções de frentista durante o dia e segurança à noite, ocasião em que encontraram dentro de uma gaveta um revolver municiado calibre 38, tendo o mesmo assumido que era seu.

Em suas razões, fls. 149/156, alega **preliminarmente** cerceamento de defesa. No **mérito**, requer a absolvição ante a inexistência de provas que ensejem a sua condenação. **Alternativamente**, pugna pela correção da pena de reclusão para detenção, bem como, o redimensionamento da pena-base ao mínimo legal.

Contrarrazões, fls. 160/163, pugnando pelo provimento parcial do recurso, apenas para correção de erro material, estabelecendo a pena de detenção e não a de reclusão, mantendo-se incólume a sentença nos demais termos

Parecer da Procuradoria de Justiça, fls. 172/174, opinando pelo provimento parcial do apelo.

É o relatório. À Douta Revisão.

Recife, 27 de novembro de 2012.

Leopoldo de Arruda Raposo
Des. Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 283885-3
COMARCA DE TIMBAÚBA- 2ª VARA
APELANTE: ANTÔNIO HECULANO CAVALCANTI DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO

Primeiramente, verifico matéria prejudicial do mérito, concernente no cerceamento de defesa levantado pelo recorrente, diante da negativa do magistrado em diligenciar sobre a propriedade da arma apreendida.

A matéria em análise não há de prosperar. Pode o magistrado negar pedido de diligências desnecessárias, sem que isso implique em cerceamento de defesa.

Ademais, o crime do art. 12, da Lei 10.826/03 é de mera conduta e de perigo abstrato, bastando para a sua configuração seja demonstrada a potencialidade lesiva da arma e que o agente a possua sob sua guarda na sua residência ou no seu local de trabalho, sendo irrelevante a propriedade do instrumento e se ele estava ou não municiado. **Nesse sentido: Apelação Criminal 1.0035.11.007500-5/001, Rel. Des. Agostinho Gomes de Azevedo, 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 13/09/2012, publicação da súmula em 21/09/2012;**

Ante o exposto, voto pelo não acolhimento da matéria prejudicial em análise.

Recife,

12 de 03 de 2013

Leopoldo de Arruda Raposo
Des. Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 283885-3
COMARCA DE TIMBAÚBA- 2º VARA
APELANTE: ANTÔNIO HECULANO CAVALCANTI DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
DES. RELATOR: LEOPOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

VOTO

Registro que a conduta perpetrada pelo recorrente em **04.08.11** está fora dos limites temporais permissivos que implicaram na suspensão temporária da eficácia da lei (*vacatio legis indireta que provocou a abolitio criminis temporária para os delitos de posse praticado até 31.12.2009*).

Tenho que a pretensão recursal merece prosperar.

No tocante a absolvição do apelante ao fundamento da inexistência de provas, tenho que razão assiste ao recorrente.

Da análise de todo o conjunto probatório a autoria não restou comprovada. É que, conforme o depoimento do próprio apelante em juízo (fls. 125/126) o mesmo afirma que desenvolvia a função de frêntista no posto de gasolina e que a arma não lhe pertencia.

Assim, não obstante ele ter confessado na delegacia, verifica-se que em juízo as testemunhas limitaram-se a confirmar o seu depoimento na esfera policial, o que fere o Princípio do Contraditório.

Acrescente-se mais que o delito no qual foi enquadrado - **posse irregular de arma de fogo encontrada no local do trabalho - art. 12 da Lei 10826/03**, exige-se que o acusado seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa. Caso contrário, o delito configurado Serpa o de porte ilegal e não de posse.

Corroborando com esse entendimento trago à colação a os seguintes precedentes:

DIREITO PENAL. PORTE DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. O REGISTRO DA ARMA NÃO AUTORIZA O SEU USO FORA DO DOMÍLIO OU DO LOCAL DE TRABALHO. **CONFIGURADO O PORTE ILEGAL DE ARMA. CONDUTA DELITUOSA NÃO ABARCADA PELA ABOLITIO CRIMINIS TEMPORÁRIA.** IMPROVIMENTO DO APELO. UNANIMIDADE.I. O registro da arma de fogo dá direito ao proprietário de mantê-la exclusivamente no interior de sua residência ou dependência desta ou **ainda no seu local de trabalho, desde que, neste caso, seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa** (Lei 10.826/03, art. 5º e Decreto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

5.123/04, art. 16).10.8265º5.123162. Nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei 10.826/03, somente se caracteriza a posse quando o agente mantiver arma de fogo no interior de sua residência ou dependência desta ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa. (...) Recurso não provido, a unanimidade. (TJPE-1446378120098170001 PE 0144637-81.2009.8.17.0001, Relator: Mauro Alencar De Barros, Data de Julgamento: 11/07/2012, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 132, undefined)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - AUTORIA E MATERIALIDADE CABALMENTE DEMONSTRADAS - CONFISSÃO CORROBORADA PELAS DEMAIS PROVAS - VALIDADE - CONDUTA QUE NÃO SE CONFUNDE COM A POSSE - TIPICIDADE - CONDENÇÃO MANTIDA - SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS - IMPERATIVO CONSTITUCIONAL - RECURSO NÃO PROVIDO - VOTO VENCIDO EM PARTE. I - O art. 5º da Lei n.º 10.826/03 é claro ao dispor que o Registro de Arma de fogo autoriza o seu proprietário a manter a arma exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou na dependência desses, ou ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou responsável legal do estabelecimento ou empresa, não sendo o registro de propriedade suficiente para permitir o porte em via pública, havendo a necessidade de uma autorização específica para tanto. II - (...) (Precedentes do STF). III - Recurso não provido. (...) (Des. Eduardo Brum). (TJMG Apelação Criminal 1.0528.10.001940-5/001, Rel. Des.(a) Eduardo Brum, 4ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 30/01/2013, publicação da súmula em 08/02/2013)

À luz de tais considerações, dou provimento à apelação para absolver o apelante Antônio Herculano Cavalcanti da Silva, expedindo-se em seu favor o necessário alvará de soltura, clausulado.

É como voto.

Leopoldo de Arruda Raposo
Des. Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 283885-3- 2ª Vara da Comarca de Timbaúba.

188

| | |
|-----------------|--|
| Apelante(s): | Antônio Herculano Cavalcanti da Silva |
| Apelado(s): | Ministério Público do Estado de Pernambuco |
| Revisor: | Des. Roberto Ferreira Lins |
| Órgão Julgador: | Primeira Câmara Criminal |

VOTO DE REVISÃO

O apelante Antônio Herculano Cavalcanti da Silva foi autuado em flagrante delito em 04/08/2011 pela infração do art. 12, da Lei nº 10.826/03, tendo sido condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão, e 40 (quarenta) dias-multa, oferecendo recurso de apelação onde, arguindo preliminares de nulidade da sentença, a primeira, por ausência de fundamentação para aplicação da pena-base e a segunda, por cerceamento do direito de defesa pela negativa do magistrado em diligenciar sobre a propriedade da arma apreendida, e no mérito, requer a absolvição pela inexistência de provas para a condenação na forma do inv. V, do art. 386, do Código de Processo Penal, insurgindo-se, ainda, contra a pena de reclusão aplicada quando a lei específica afirma ser de detenção (fls. 149/156).

Preliminar de nulidade da sentença por cerceamento do direito de defesa pela negativa de diligência requerida pelo apelante depois de seu interrogatório.

Entendo não merecer acolhimento tal preliminar posto que a diligência requerida pelo apelante e indeferida pelo Juiz não implica em cerceamento de direito de defesa, até porque o Juiz sentenciante, como se vê das fls. 227, imediatamente a rechaçou, de forma suficientemente fundamentada, não tendo o apelante demonstrado o prejuízo que lhe restou, bastando-se para isso atentar para o teor das razões recursais de fls. 149/156, limitando-se a dar ênfase apenas quanto a preliminar de falta de fundamentação da pena-base aplicada na sentença ora em reapreciação.

Desse modo, rejeito a preliminar de nulidade de cerceamento do direito de defesa suscitada pelo apelante.

Passo a analisar a segunda, ausência de fundamentação para a fixação da pena-base.

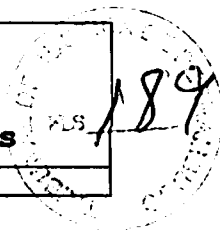
De igual modo, entendo não merecer acolhimento tal preliminar. Veja-se que a matéria nela ventilada se confunde com o próprio mérito da apelação, até porque, como é do conhecimento geral, quando da apreciação do mérito recursal, a pena aplicada poderá vir a ser mantida ou reduzida, se assim for o entendimento dos componentes desta Primeira Câmara Criminal, de forma unânime ou por maioria de votos, o que, em hipótese alguma, não deixará caracterizado qualquer prejuízo ao apelante.

Por tais razões, rejeito, também, a alegada preliminar.

MÉRITO

Quanto ao mérito, entendo deva dar provimento ao recurso, o que passo a demonstrar.

VC



Em primeiro lugar, não tenho como provada a denúncia quando, durante a instrução do feito, ao invés de serem argüidas as testemunhas arroladas pelas partes, a autoridade judiciária limitou-se a perguntar as mesmas se confirmam o que disseram perante a autoridade policial, o que, no meu modesto entendimento, fere o princípio do contraditório, como aqui veio a ocorrer.

Sabendo-se que na esfera indiciária não é observado o princípio do contraditório, tal fato, por si só, inibe sua confirmação em Juízo por cada uma das testemunhas ouvidas, motivo pelo qual ter-se-ia de aplicar o princípio "in dubio pro reo".

Em segundo lugar, a assertiva da defesa de que a arma não pertencia ao apelante, ele mesmo afirmando na esfera judiciária que *"... trabalha como frentista no Auto Posto Nível... a arma não pertencia ao réu, mas ao dono do posto... quando chegou para trabalhar no posto a arma já existia no posto... o dono do posto disse para que o depoente confessasse a propriedade da arma na DEPOL que ele pagaria a fiança, razão pela qual o depoente acreditou e confessou..."* (fls.126/127), nenhuma prova em contrário veio a ser produzida pela Promotoria de Justiça da Vara.

Por outro lado, a contundência da parte final do art. 12, da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento) não deixa outra conclusão a não ser a de que a arma encontrada em local de trabalho determina a responsabilidade do proprietário do estabelecimento, senão vejamos: *"...ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa"*.

Ao tratar da matéria em sua obra **LEIS PENAS E PROCESSUAIS PENAS COMENTADAS**, Ed. 2006, pag. 252, **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS**, **Guilherme de Souza Nucci** assim ensina: **"Local de trabalho: é qualquer lugar onde alguém exerce, lícitamente, uma profissão ou ofício. Exige a lei, no entanto, que a manutenção da arma no lugar de trabalho diga respeito ao seu proprietário, titular do estabelecimento ou responsável por ele. Ilustrando, o médico pode manter uma arma no seu consultório, mas não pode fazer o mesmo a sua secretária. O dono de uma empresa pode manter a arma em seu escritório, mas não tem aplicação a autorização aos funcionários do estabelecimento"**.

Nesse sentido, assim julgou a Quarta Câmara Criminal deste Tribunal ao tratar da apelação nº 161305-4-5ª Vara Criminal da Comarca da Capital, Relator o Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA. CONFIGURAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE ILEGAL DE ARMA. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS ELEMENTOS DO TIPO PRETENDIDO. FUNCIONÁRIO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. INAPLICABILIDADE DA ABOLITIO CRIMINIS TEMPORÁRIA CRIADA PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Só há que se falar em posse ilegal de arma quando a mesma é encontrada no interior da residência do acusado, ou na dependência desta, ou ainda no seu local de trabalho, desde que ele seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa. Inteligência do art. 12 da Lei nº 10.826/03.

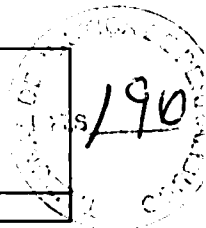
II - A abolitio criminis temporária criada pelo Estatuto do Desarmamento não se aplica ao delito de porte ilegal de arma.

III - Recurso improvido. Decisão unânime. (Apel. Crim. nº 161305-4. Quarta Câmara Criminal. Relator: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AP nº 283885-3- 2ª Vara da Comarca de Timbaúba.



Arremato, dizendo: no caso dos autos, somente por porte ilegal de arma é que o apelante poderia ter sido condenado, nunca por sua posse ilegal.

Ante o exposto, dou provimento à apelação para absolver, como de fato absolvido tenho, o apelante Antonio Herculano Cavalcanti da Silva, na forma do art. 386, inc. III, do Código de Processo Penal, expedindo-se em seu favor o necessário alvará de soltura, clausulado, em razão de que, segundo os autos, se encontra preso em decorrência de prisão preventiva decretada, como se vê da certidão de fls. 96.

É como voto

Recife, 12 de março de 2013

Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor